

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2019

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi muito positivo para a Neoenergia. Além de alcançarmos os melhores resultados financeiros de nossa história, com um lucro líquido de R\$ 2,2 bilhões, lançamos com sucesso as ações da empresa na Bolsa de Valores de São Paulo, alcançando uma valorização de quase 60% em 6 meses. Estes feitos atestam nossa consistência operacional e materializam nossa estratégia de expansão rentável e sustentável dos nossos negócios, focada na geração de energia renovável e no desenvolvimento de redes de transmissão e distribuição.

A geração operacional de caixa do Grupo, medida pelo EBITDA, superou R\$ 5,7 bilhões, um resultado 25,6% superior ao ano anterior. Já o lucro líquido apresentou uma evolução ainda mais expressiva, um aumento de 45,1% no mesmo período. Reafirmamos nosso compromisso com a gestão eficiente das despesas operacionais, que apresentaram trajetória 1,3 p.p. abaixo da inflação, absorvendo o crescimento de mercado e a expansão de nossos negócios. Seguimos também o plano de desalavancagem, refletido na redução do indicador "dívida líquida / EBITDA" em 15% ao longo de 2019, encerrando o ano em 3,0x.

Mantendo o compromisso com o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, investimos R\$ 4,4 bilhões, volume 15,7% superior ao empenhado em 2018, dos quais 89% em redes e 7% em geração de energia renovável.

Em nosso negócio de redes, verificamos um crescimento da energia injetada de 4,0%, avançando principalmente pelo crescimento da Coelba de 6,1%. Em 2019 consolidamos nossa trajetória de melhoria contínua da qualidade e reduzimos o DEC médio das distribuidoras em 1,7 horas, mantendo-as de forma estruturada, enquadradas nos limites regulatórios.

O índice de perdas das distribuidoras do grupo se manteve estável ao longo do ano, apesar de pequenas oscilações entre as diferentes empresas do Grupo. Destacamos ainda a melhoria na cobertura tarifária da Elektro (aumento de 1,4 p.p.) estabelecida na 5ª Revisão Tarifária Periódica desta distribuidora. A performance de nossas distribuidoras foi reconhecida pelo Prêmio ABRADÉE, onde Elektro e Cosern se classificaram como as duas melhores concessionárias do Brasil, enquanto Coelba e Celpe se destacaram por sua evolução em relação ao desempenho nos anos anteriores.

No segmento de transmissão seguimos com a ampliação de nosso portfólio e no leilão realizado em dezembro de 2019 arrematamos o lote 9, localizado no oeste da Bahia, que reforçará o suprimento da região. Reafirmando o compromisso com a eficiência na construção e gestão de ativos, concluímos entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, mais de 1 ano antes do prazo regulamentar e com investimentos significativamente menores que os estimados no edital do leilão, dos lotes arrematados no certame de abril/2017.

O ano também foi marcado pela expansão da nossa capacidade de geração renovável. No primeiro trimestre de 2019 concluímos a construção da usina hidroelétrica de Baixo Iguaçu, com capacidade instalada de 350 MW, e ao final do ano a usina de Belo Monte chegou a sua capacidade total de geração, 11.233 MW, concluindo o processo de construção da Usina.

Comprometidos com o combate às mudanças climáticas e com a economia de baixo carbono estamos expandindo nossa capacidade de geração eólica, com o desenvolvimento do complexo eólico Oitis no Piauí, um parque eólico com 566,5 MW e um novo modelo de negócios caracterizado pela comercialização de 96% da energia no mercado livre. Destacamos também a antecipação do início da construção do complexo eólico de Chafariz, na Paraíba. Com a conclusão destes parques a Neoenergia alcançará a marca de 90% de capacidade instalada renovável, um perfil ainda mais limpo que o da matriz elétrica brasileira.

Em virtude de nossa atuação sustentável e o desenvolvimento de projetos que respeitam o meio ambiente, realizamos em 2019 a maior emissão de debêntures verdes do país, conhecidas como *greenbonds*, um total de R\$1,3 bilhão, que somados às outras fontes de financiamento perfazem R\$ 10 bilhões em captações no ano, entre operações desembolsadas e contratadas. Grande parte destes recursos será alocada na expansão dos negócios de energias renováveis e Redes.

Engajados com a Agenda 2030 e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), investimos no desenvolvimento das pessoas, da economia local e na redução de desigualdades. Em 2019, concluímos o primeiro ano de consolidação do Instituto Neoenergia, que reúne nossas iniciativas de apoio a projetos sociais, culturais e ambientais. Desta forma, através da gestão destes projetos, beneficiamos mais de 16 mil pessoas, equipamentos culturais, fauna e flora, iniciativas que, associadas ao programa de Voluntariado, contribuem para o engajamento de toda a organização com estes compromissos.

Outro projeto que gostaríamos de destacar é a Escola de Eletricistas, que tem nos permitido uma grande contribuição social na capacitação da população das comunidades onde atuamos e que amplia a oferta de profissionais habilitados a trabalhar em redes elétricas de forma segura, cabendo um destaque especial às duas primeiras escolas de eletricistas exclusivas para mulheres na Bahia e Pernambuco.

Para sustentar estes resultados contamos com um time engajado, focado na excelência operacional e alinhado ao propósito e valores da Neoenergia e, como acreditamos que o desempenho é avançado por nossos talentos, investimos no desenvolvimento profissional. Ao longo de 2019 fizemos 1.195 promoções, preenchemos 77% das vagas com recrutamento interno e realizamos mais de 739 mil horas de capacitação.

Resaltando também nossos valores de integridade e responsabilidade, fomos reconhecidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Apex-Brasil, pelo terceiro ano consecutivo, com o Selo Pro-Ética, o que simboliza nossa jornada contínua e o empenho de todos os colaboradores.

Essa trajetória de entrega e credibilidade são as alavancas que impulsionaram o sucesso do nosso estreia na B3 e o consequente aumento do valor das ações. Continuamos recebendo recomendação positiva dos analistas e o volume médio de R\$ 67 milhões por dia garante a liquidez de nosso papel. Finalmente, gostaria de agradecer o esforço, compromisso e dedicação de todo o time da Neoenergia e a confiança de nossos acionistas que acreditam em nosso potencial. Asseguro que os bons resultados da Companhia não estarão circunscritos a 2019. Baseado em uma sólida estratégia de crescimento sustentável e em uma atuação consistente e responsável continuaremos criando valor a todos os nossos *stakeholders*.

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Celpe detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 184 municípios do estado de Pernambuco, a totalidade do estado, além do Distrito de Fernando de Noronha e do município de Pedras de Fogo no Estado da Paraíba (PB), abrangendo uma área de concessão de 98,5 mil km².

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2019, a Estrutura Acionária da Celpe era composta da seguinte forma: Neoenergia com 89,65% e um *free float* de 10,35%.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2019 se iniciou com uma alta taxa de desemprego e baixo índice de utilização da capacidade da indústria, fazendo com que a economia operasse com alto nível de ociosidade dos seus fatores de produção. O início da agenda de reformas, marcado pela aprovação da reforma da Previdência, a redução das taxas de juros, a inflação controlada, aliado a estímulos pontuais como a liberação de recursos do FCTS e PIS-PASEP, contribuíram para que a economia brasileira, no segundo semestre, apresentasse – ainda que de forma tímida – os primeiros sinais de recuperação. No cenário externo, o ambiente se mostrou relativamente favorável para economias emergentes, potencializado pela provisão de estímulos monetários nas principais economias.

No que se refere à inflação, segundo o IBGE, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) encerrou o ano 2019 em 4,31% (3,75% em 2018). Com relação ao IPC-M (Índice Geral de Preços ao Mercado), o índice acumulou alta de 7,30% de janeiro a dezembro de 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), ficando em um patamar mais baixo do que os 7,54% registrados no ano anterior. A Taxa Selic finalizou 2019 em 4,50% a.a. (vs. 6,50% a.a. registrado no final de 2018), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, além de registrar o menor patamar histórico.

No mercado de energia, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, houve um aumento do consumo de energia em 1,3% no comparativo de 12 meses. Esse aumento se deve principalmente em função da elevação do consumo nas classes comercial e residencial, impulsionada pela ocorrência de altas temperaturas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste e pela melhora gradual da economia, que impulsionou o consumo das famílias.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Aspectos Gerais

3.1.1. Modernização do Setor

A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. O consumidor está cada vez mais empoderado, novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira.

Em 4 de abril de 2019, através da Portaria nº 187, foi instituído pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") o Grupo de Trabalho para Modernização do Setor. Ao longo de 2019 foram promovidos workshops e consultas públicas sobre os temas diversos, desde sustentabilidade da distribuição até mecanismos de suporte à expansão da geração, como separação entre lastro e energia.

Nessa linha tramitam no Legislativo duas propostas de reforma do Setor Elétrico: o PL 1.917/2015, na Câmara dos Deputados, e o PLS 232/2016, no Senado Federal. Uma das ações concretas no sentido do que se pretende com a modernização foi a publicação, em 12 de dezembro de 2019, pelo MME da Portaria nº 465, reduzindo os limites para acesso dos consumidores ao mercado livre de energia. De acordo com a nova Portaria, a partir de 1º de janeiro de 2021 o limite passará a ser 1.500 kW, a partir de 1º de janeiro de 2022, 1.000 kW e a partir de 1º de janeiro de 2023, 500 kW. Antes da publicação dessa Portaria o limite era 2.500 kW e a partir de 1º de janeiro de 2020 passa a ser 2.000 kW. A Portaria definiu ainda que, até 31 de janeiro de 2022, a ANEEL e a CCEE deverão apresentar estudo sobre as medidas necessárias para permitir a abertura do mercado para consumidores com carga inferior a 500 kW.

3.2. Distribuidoras

3.2.1. Tarifas

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato de concessão a ANEEL estabeleceu que as tarifas de fornecimento pudessem ser atualizadas por meio de três mecanismos: Reajuste Tarifário Anual, Revisão Tarifária Periódica e Revisão Tarifária Extraordinária. Em 2019 a Celpe passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual. As novas tarifas entraram em vigor a partir de abril de 2019, com vigência até 21 de abril de 2020. O efeito médio percebido pelos consumidores cativos em relação à tarifa anteriormente praticada foi um aumento de 5,04% para os clientes da CELPE.

3.2.2. Discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Durante o ano de 2019 ocorreram ainda discussões importantes sobre aprimoramentos no Custo Médio Ponderado de Capital - WACC, Custos Operacionais Regulatórios e Fator X a serem aplicados nos próximos anos, dentre outras. A seguir são destacadas as de maior relevância em 2019.

3.2.2.1. Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

Em outubro de 2019 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 26/2019 com o objetivo de obter subsídios para definição de metodologia de cálculo e atualização do WACC. Pela primeira vez, a ANEEL calculou o custo médio ponderado de capital para os três segmentos simultaneamente: geração, transmissão e distribuição. Dentre as propostas apresentadas pela ANEEL estão: (i) a padronização das janelas entre segmentos e atualização anual dos dados; (ii) adoção de uma taxa livre de risco nacional (NTNB), dispensando uso de risco país (já estaria embutido) e debêntures do setor elétrico brasileiro para definir taxa de capital de terceiros; (iii) estrutura de capital teórica considerando uma relação ótima de Dívida Líquida sobre o EBITDA equivalente a 2,5; e (iv) a definição de um prêmio de risco adicional para o segmento de distribuição. Ainda não houve decisão da ANEEL sobre o tema.

3.2.2.2. Metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais Regulatórios

Em maio de 2019 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 11/2019 para obter subsídios acerca da metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais Regulatórios, a ser aplicada, a partir de 2020, aos processos de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica. O objetivo foi aprimorar a metodologia de cálculo dos custos operacionais regulatórios para estabelecer um critério adequado para a definição destes custos de modo que estejam alinhados com o objetivo de longo prazo de promover incentivos para eficiência do setor com um todo. A Consulta Pública consistiu basicamente em levantar uma série de perguntas técnicas para que as distribuidoras respondessem, ou seja, não havia inicialmente propostas por parte da ANEEL.

3.2.2.3. Fator X - Ganhos de Eficiência e Produtividade

Em abril de 2019, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 07/2019 para discutir a necessidade de refinamento da desvinculação entre receita e custos que ocorre no atual regime de tarifas (*price cap*, onde se define a tarifa e não a receita). Atualmente o valor da Parcela B é atualizado pela diferença entre o índice da variação da inflação, na maioria dos casos o IPCA, e o Fator X. Sem tal refinamento, estariam mantidos percentuais regulatórios de produtividade que não guardam relação com o histórico recente de variação do mercado ou com o compartilhamento de benefícios aos consumidores por ganhos de escala ou evolução técnica e tecnológica.

Em outubro de 2019, a ANEEL deu sequência às discussões abrindo a Consulta Pública nº 23/2019, onde propôs um mecanismo que considera os ganhos de produtividade dos últimos seis anos que antecederam o processo tarifário em processamento, buscando equilíbrio entre conjuntura e estabilidade. Caso aprovados, os ajustes na metodologia serão aplicados nos processos tarifários (reajustes ou revisões) a partir de 2020.

3.2.2.4. Atualização do Banco de Preços Referenciais do segmento de Distribuição de Energia

Em setembro de 2019 a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 36/2019 para o aprimoramento da proposta de atualização do Banco de Preços Referenciais do segmento de distribuição de energia elétrica, conforme disposto no PRORET. A proposta apresentada pela ANEEL é a de atualização dos valores dos Componentes Menores e dos Custos Adicionais e redistribuição dos grupamentos de empresas, a partir do reposicionamento das empresas de pequeno porte e da divulgação de novos valores dos módulos do Banco de Preço Referencial, considerando apenas atualização dos preços praticados até então. Ainda não houve decisão da ANEEL sobre o tema.

3.2.2.5. Conta ACR

Em 20 de março de 2019, a ANEEL, através do Despacho nº 871/2019, autorizou a antecipação do fim do pagamento das cotas da CDE relativas à Conta do Ambiente de Contratação Regulado - ACR, referentes ao empréstimo intermediado pela CCEE em 2014 para cobrir custos com a exposição involuntária no mercado de curto prazo das distribuidoras. Tal empréstimo começou a ser pago a partir de 2015, e seria quitado em abril de 2020, porém a utilização do fundo de reserva da conta permitiu a antecipação da última parcela para o mês de agosto de 2019, o que contribuiu para a redução dos encargos pagos pelos consumidores na conta de energia.

3.2.2.6. Comercialização

Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE

A partir de 2019, passou a ser processado o Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE, um mecanismo opcional, onde a distribuidora pode vender suas sobras contratuais para o mercado livre. Por princípio é um mecanismo de risco, pois as distribuidoras definem um preço de venda e o resultado financeiro dependerá do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, bem como do preço médio de compra da distribuidora e da sua posição contratual. Além disso, é um mecanismo assimétrico, pois os ganhos advindos da venda do excedente contratual serão compartilhados com os consumidores, enquanto que os prejuízos são integrais da distribuidora. Apenas no caso de se estar acima de 105% e sem direito a involuntariedade é que tanto os ganhos como os prejuízos são integrais da distribuidora.

Em junho de 2019, na Audiência Pública nº 25/2019, a ANEEL apresentou proposta de cálculo para a apuração financeira dos resultados do MVE. No modelo apresentado pela ANEEL, a apuração dos efeitos do MVE seria mensal. Existem discussões no setor no sentido de apresentar uma metodologia cuja análise de sobrecontratação ocorra em base anual.

Mini e Microgeração Distribuída

Em janeiro de 2019, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 001/2019 propondo aprimoramentos das regras aplicáveis à micro e minigeração distribuída que é a geração pelo próprio usuário, de forma local ou remota. Estas regras foram estabelecidas através da Resolução Normativa nº 482/2012, criando um sistema de compensação da energia, em que o consumidor injeta o excedente de energia gerada na rede e utiliza em horário que não está gerando sem pagar pelo uso da rede de distribuição. Esse sistema de compensação tem provocado perdas para as distribuidoras desde a sua implantação em função de subsídios estabelecidos pela ANEEL sem a respectiva contrapartida, além de impactos tarifários para os consumidores convencionais, o que tem sido acentuado em função do crescimento exponencial desse mercado.

Em outubro de 2019, a ANEEL abriu a última etapa de discussões através da Consulta Pública nº 025/2019, apresentando minuta da resolução com as alterações propostas, corrigindo algumas distorções deste modelo, mas mantendo os benefícios para os consumidores existentes e período de transição para aplicação das regras definitivas. A previsão para conclusão da revisão da norma é no primeiro semestre de 2020.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

Número de Consumidores (Em milhares)	Participação no Total %		4T19 / 4T18	
	2019	2018	2019	2018
Residencial	3.337	3.264	88,8%	88,5%
Industrial	5	5	0,1%	0,1%
Comercial	256	227	6,8%	6,2%
Rural	127	161	3,4%	4,4%
Outros	33	33	0,9%	0,9%
Total	3.757	3.690	100%	100%

A Companhia encerrou 2019 com 3.757 mil consumidores, que corresponde ao incremento de 1,8%, equivalente a 67 mil novos consumidores em relação 2018.

4.2. Evolução do Mercado

	CELPE		Participação no Total %		4T19 / 4T18		CELPE		Participação no Total %		2019 / 2018	
	4T19	4T18	4T19	4T18	Dif.	%	2019	2018	2019	2018	Dif.	%
Energia Distribuída - Mercado Cativo (Gwh)												
Residencial	1.366	1.321	47,4%	45,0%	45	3,4%	5.164	4.933	46,9%	45,2%	231	4,7%
Industrial	162	288	5,6%	9,8%	(126)	(43,7%)	786	1.077	7,1%	9,9%	(292)	(27,1%)
Comercial	668	665	23,2%	22,7%	2	0,3%	2.526	2.468	22,9%	22,6%	58	2,4%
Rural	205	196	7,1%	6,7%	9	4,5%	686	672	6,2%	6,2%	14	2,1%
Outros	479	467	16,6%	15,9%	13	2,7%	1.847	1.751	16,8%	16,1%	96	5,5%
Energia Distribuída - Mercado Cativo Total	2.880	2.937	100%	100%	(57)	(1,9%)	11.009	10.901	100%	100%	108	1,0%
 Mercado Livre	884	742			142	19,1%	3.240	2.875			365	12,7%
TOTAL (Cativo + Livre)	3.764	3.679	100%	100%	85	2,3%	14.249	13.776	100%	100%	473	3,4%

A energia distribuída (cativo + livre) pela Celpe no 4T19 foi de 3.764 GWh, um crescimento de 2,3% com relação a igual período de 2018. No ano, a energia distribuída da empresa apresentou crescimento de 3,4%, com relação a 2018, chegando a um volume de 14.249 GWh. A classe residencial apresentou no 4T19 um desempenho 3,4% superior ao registrado no 4T18. No ano, o crescimento foi de 4,7%. O desempenho da classe em 2019 pode ser creditado às maiores temperaturas e ao início da recuperação econômica em Pernambuco. A retração da classe industrial cativa no 4T19 (vs. 4T18) foi de 43,7%, com portamento influenciado pela migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). No ano de 2019, a queda foi de 27,1% com relação a 2018. Considerando o consumo da classe industrial + mercado livre, o crescimento registrado foi de 1,5% no 4T19 e de 1,9% no ano. A classe comercial cativa da Celpe registrou uma pequena variação positiva de 0,3% no 4T19 frente ao 4T18, no acumulado do ano apresentou um aumento de 2,4%, também reflexo das maiores temperaturas e do início da recuperação econômica do estado de Pernambuco. Além disso, a classe comercial também foi beneficiada pelas condições climáticas e pelo plano de recuperação de energia da empresa.

A classe rural aumentou 4,5% no 4T19 comparado ao mesmo período de 2018 explicado pelo consumo dos irrigantes, acumulando 2,1% de crescimento no ano de 2019.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada (energia entregue aos clientes próprios+ concessionárias de fronteira + clientes livre + perdas) atingiu o patamar de 4.525 GWh no 4T19, volume 2,34% superior ao 4T18 devido ao crescimento da base de clientes e maiores temperaturas. Do total da energia injetada, 63,6% foi destinada ao consumo cativo, 19,5% para o consumo do mercado livre. O restante é considerado como perdas totais do trimestre (perdas técnicas e não técnicas). No ano, a energia injetada pela Celpe cresceu 3,45% vs. 2018, atingindo 17.239 GWh, dos quais 63,9% foram destinados ao mercado cativo e 16,2% ao mercado livre, também impulsionado por maior base de clientes e aumento das temperaturas.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T19	4T18	4T19 x 4T18		2019	2018	2019 x 2018	
			Dif	%			Dif	%
CELPE								
 Mercado Cativo	2.880	2.937	(57)	(1,94%)	11.009	10.901	108	0,99%
 Mercado Livre + Suprimento	884	742	142	19,07%	3.240	2.875	365	12,68%
 Energia Entregue (A)	3.764	3.679	85	2,30%	14.249	13.776	473	3,43%
 Perdas Totais (B)	762	743	19	2,55%	2.990	2.887	102	3,55%
 Energia Injetada (C) = (A) + (B)	4.525	4.422	103	2,34%	17.239	16.664	575	3,45%
 PT/ Energia Requerida % (B)/(C)	16,8%	16,8%	0,03%	0,20%	17,3%	17,3%	0,02%	0,09%

NOTA: Os números no Balanço Energético refletem o trimestre, desta forma o índice de PT/ Energia Requerida não deve ser o mesmo ao informado no item 4.4 Perdas, que apresenta percentual acumulado nos últimos 12 meses.

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a comparação dos índices de 2018 e 2019 da Celpe.

CELPE	Perdas					
	Perda Técnica		Perda Não Técnica		Perda Total	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
	8,30%	8,17%	9,03%	9,17%	17,33%	16,37%
						17,34%
						16,31%

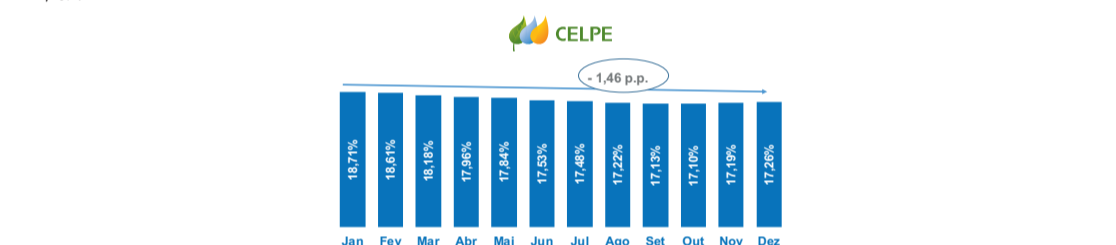
NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2019 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. O indicador de dezembro de 2018 foi ajustado para a apuração definitiva.

4.4.1. Perdas Reais

As perdas de energia reais são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada, e a energia fornecida/faturada somadas à energia não fornecida/faturada.

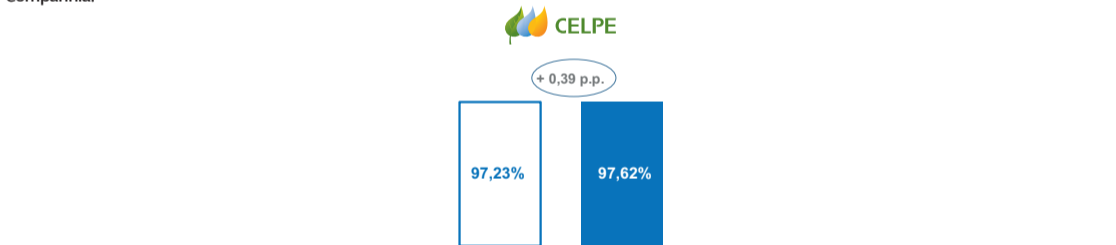
A Companhia vem atuando no Plano de Redução de Perdas e no ano de 2019 as principais realizações foram: mais de 174 mil inspeções, regularização de mais de 27 mil ligações clandestinas, substituição de rede de distribuição convencional por uma rede blindada em áreas de alta complexidade social, atualização de mais de 391 mil pontos no cadastro de iluminação pública e substituição de mais de 130 mil medidores por equipamentos mais modernos além da execução de diversas operações com apoio policial.

A Celpe vem atuando de forma a apresentar redução constante e consistente de seu patamar de perdas ao longo de 2019, encerrando o ano com índice de 17,26%.



4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação é um indicador impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e da eficácia das ações de cobrança da Companhia.



Todas as ações de cobrança são pautadas por modelos estatísticos que avaliam a propensão de pagamento do cliente, permitindo assim adotar estratégias diferenciadas de acordo com o perfil do cliente.

PECLD/ROB	4T19	4T18	Var.	2019	2018	Var
CELPE	1,99%	1,46%	0,5 p.p.	1,85%	1,75%	0,1 p.p.

A inadimplência é medida pela relação entre valor provisionado para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) e o faturamento acumulado no ano de 2019. Na Celpe, essa razão foi de 1,99% no 4T19 e de 1,85% no ano, desempenho acima do limite regulatório de 1,40%.

O aumento do indicador PECLD/Faturamento em 2019 frente ao ano anterior se deve a ações de inspeções de combate às perdas e padronização dos critérios de *aging*.

A provisão de inadimplência (PECLD) representa o reconhecimento antecipado do risco de não recebimento de um faturamento. A PECLD é lançada nas demonstrações financeiras das empresas como uma despesa, impactando negativamente o resultado.

4.6. DEC e FEC

As melhorias nos resultados do DEC e FEC que permitiram a Celpe superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela empresa, tanto na gestão, com revisão de processos, como em investimentos, no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T19	4T18	Variação		2019	2018	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita de aplicações financeiras	3,4	11,7	(8,3)	(70,9%)	24,6	32,5	(7,9)	(24,3%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	10,8	9,6	1,2	12,5%	38,9	40,7	(1,8)	(4,4%)
Encargos de dívida	(57,4)	(64,0)	6,6	(10,3%)	(249,7)	(219,7)	(30,0)	13,7%
Variações monetárias e cambiais - dívida	30,4	(0,1)	30,5	N/A	(81,0)	(232,5)	151,5	(65,2%)
Variações monetárias e cambiais - outros	(2,7)	(2,0)	(0,7)	35,0%	(11,7)	(9,9)	(1,8)	18,2%
Instrumentos financeiros derivativos	(39,9)	(28,8)	(11,1)	38,5%	29,4	173,1	(143,7)	(83,0%)
Atualização provisão para contingências/depositos judiciais	(3,5)	(8,4)	4,9	(58,3%)	(22,2)	(24,5)	2,3	(9,4%)
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	0,3	6,5	(6,2)	(95,4%)	7,5	16,8	(9,3)	(55,4%)
Obrigações pós emprego	(3,5)	(4,9)	1,4	(28,6%)	(14,3)	(19,6)	5,3	(27,0%)
Arrendamentos	(0,4)	-	(0,4)	-	(1,4)	-	(1,4)	-
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(17,3)	(15,8)	(1,5)	9,5%	(57,4)	(43,7)	(13,7)	31,4%
Total	(79,8)	(96,2)	16,4	(17,0%)	(337,5)	(286,6)	(50,9)	17,8%

A Companhia apresentou como resultado financeiro líquido uma despesa de R\$ 79,8 milhões no 4T19 contra R\$ 96,2 milhões no 4T18, representando melhora de 17,0% (R\$ 16,4 milhões). No ano, o resultado financeiro registrou despesa financeira de R\$ 337,5 milhões, montante R\$ 50,9 milhões maior do que a despesa financeira líquida de 2018.

Desse total, o resultado de dívida e de gestão de caixa apresenta piora de R\$30,1 milhões, dos quais R\$ 37,9 milhões advêm de uma piora nas receitas de aplicações financeiras e encargos da dívida e R\$ 7,8 milhões advêm de variações monetárias e instrumentos financeiros derivativos, conforme detalhamento a seguir:

(i) Em 2019 houve um aumento de 14,0% no volume médio de dívida da empresa em relação ao mesmo período do ano anterior devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia. Esse efeito representou uma variação desfavorável de R\$ 40,7 milhões, comparado a 2018.

(ii) Em contrapartida, o plano de gestão de passivos e a queda do CDI, o principal indexador da dívida da Celpe, em 0,46 pontos percentuais e a queda da TJLP em relação a 2018, resultaram em redução do custo médio da dívida, registrando uma variação favorável de R\$ 26,8 milhões nas despesas financeiras com dívida em 2019 vs. 2018.

(iii) Além disso, houve redução dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em Andamento – JOA) representou em um impacto negativo de R\$ 8,5 milhões.

A linha de Receita de Aplicações Financeiras apresentou resultado negativo comparado a 2018, de R\$ 7,9 milhões, devido à redução no volume médio das disponibilidades, justificado pela execução do CAPEX, distribuição de proventos e pela redução de 0,46 pontos percentuais no CDI acumulado do período. Segue quadro demonstrativo dos índices de 2018 e 2019:

Índices	2019	2018	Δ	%
CDI	5,96%	6,42%	-0,46%	-7,17%
TJLP	6,20%	6,72%	-0,52%	-7,74%
USD	4,0307	3,8748	0,16	4,02%
IPCA	4,31%	3,75%	0,56%	14,93%

6. INVESTIMENTOS

No 4T19, a Celpe realizou CAPEX de R\$ 222,3 milhões. Em 2019, o CAPEX atingiu o montante de R\$ 710,6 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

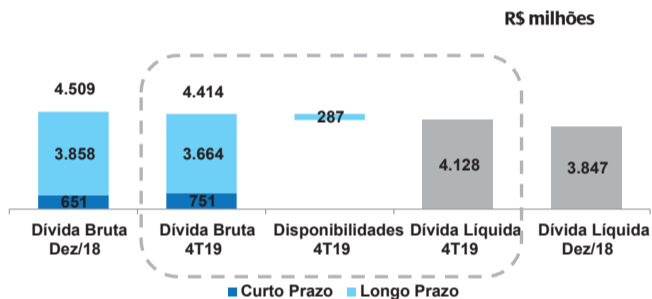
INVESTIMENTOS REALIZADOS		CELPE	
Natureza Investimento (Preço corrente - valores em R\$ MM)	4º TRI	YTD	
Expansão de Rede	(71,0)	(349,2)	
Programa Luz para Todos	-	-	
Novas Ligações	(50,6)	(263,9)	
Novas SE's e RD's	(20,4)	(85,5)	
Compromisso ECV	-	0,1	
Renovação de Ativos	(32,9)	(104,7)	
Melhoria da Rede	(12,3)	(77,2)	
Perdas e Inadimplência	(14,2)	(80,9)	
Outros	(96,2)	(111,6)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	1,2	(45,6)	
(-) Investimento Bruto	(225,5)	(769,2)	
SUBVENÇÕES	4,3	13,0	
(-) Investimento Líquido	(221,1)	(756,2)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(1,2)	45,6	
(-) CAPEX	(222,3)	(710,6)	

Os investimentos realizados em 2019 foram aderentes ao planejado pela Companhia para o período. O nível adequado de investimentos reflete a política da Celpe para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

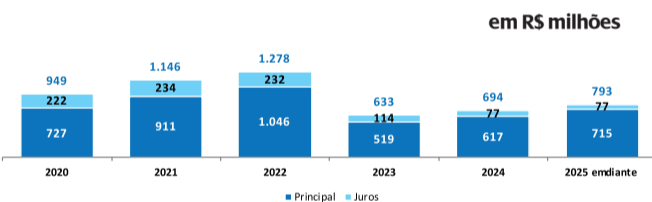
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2019, a dívida bruta da CELPE, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros, foi de R\$ 4.414 milhões (dívida líquida R\$ 4.128 milhões), apresentando uma redução de 2,1% (R\$ 95 milhões) em relação a dezembro de 2018. Em relação à segregação do saldo devedor, a CELPE possui 83,0% da dívida contabilizada no longo prazo e 17,0% no curto prazo. As dívidas da Celpe possuem *covenants* apurados na Holding Neoenergia, que é a garantidora das operações.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, as quais consideram os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



8. RATING

Em 24 de janeiro de 2019, a Standard & Poor's –S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo de Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, com perspectiva estável. Na mesma data, a S&P reafirmou os ratings de emissões 'brAAA' da Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes, e 'brAA+' da Neoenergia, Calango 6, NC Energia e Termopernambuco.

Em 29 de março de 2019, a S&P Global Ratings atribuiu o rating de emissão 'brAAA' na Escala Nacional Brasil à 10ª emissão de debêntures da Companhia Energética de Pernambuco - Celpe (Celpe: BB-/Estável-/; brAAA/Estável/-).

Em 10 de dezembro de 2019, a Standard & Poor's –S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo de Neoenergia e suas subsidiárias, Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes em 'BB-' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, alterando a perspectiva de estável para positiva, refletindo o rating soberano do Brasil, que limitam os da Neoenergia. Nesta mesma data, a S&P reafirmou os ratings de emissão 'brAAA' da Coelba, Celpe, Cosern e Elektro Redes, e 'brAA+' da Neoenergia, Calango 6, NC Energia e Termopernambuco.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Tarifas

Grupo de Consumo	abr/19
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	3,76%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	5,56%
Efeito tarifário médio AT+BT	5,04%
Início da Vigência	29-abr-19
Processo Revisional	Reajuste Anual
Próxima Revisão Tarifária	abr/21

9.2. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

CELPE		4T19 / 4T18	
Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2019	2018	Dif. %
Convencional	2.475	2.382	93 3,9%
Baixa Renda	862	882	(21) -2,4%
Total	3.337	3.264	72 1,5%

9.3. Práticas de Gestão

9.3.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no website da Companhia (<http://ri.neoenergia.com/governanca/codigos-e-politicas/>).

No ano de 2019, a Celpe deliberou os seguintes proventos:

(i) Dividendos sobre a conta de Reservas de Lucros existentes em dezembro de 2017, no montante de R\$ 500.000 mil, pagos em 27 de fevereiro, deliberados na Reunião do Conselho de Administração de 14 de fevereiro;

(ii) Dividendos Adicionais, no montante de R\$ 266.481 mil, pagos em 10 de dezembro, deliberados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril;

(iii) Juros sobre Capital Próprio nos montantes de:

- R\$ 163.000 mil, pagos em 07 de agosto, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho;
- R\$ 134.945 mil, com previsão de pagamento para até 30 de junho de 2020, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2019 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020.

9.3.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. O Sistema de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia, aplicável à Companhia, reúne as normas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira na Missão, Visão e Valores e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribuiu ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por cinco representantes titulares dos acionistas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem bimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou por 2 (dois) de seus membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto por até cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se sempre que convocados.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

9.3.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia acredita e investe na melhoria contínua do ambiente de trabalho e, para isso, realiza anualmente a Pesquisa de Clima Organizacional. Em 2019, a Pesquisa foi aplicada para todos os colaboradores, atingindo 95% de adesão. Os resultados apontaram que 97% dos participantes sentem orgulho em fazer parte do Grupo Neoenergia, confirmando seu engajamento e confiança no futuro da organização.

Em 2019 foram investidos R\$10,7 milhões em atividades voltadas para a formação de pessoas, com mais de 739 mil horas de treinamento. Este foi um ano de consolidação dos programas de desenvolvimento dos nossos colaboradores, em todos os níveis, mas também de investimento em formação na comunidade.

O Grupo Neoenergia continuou investindo na Escola de Eletricistas da Neoenergia, com o objetivo de formar pessoas da comunidade, capacitando-as para atuar como eletricitistas. Em 2019 foi lançada a 1ª Escola de Eletricistas exclusiva para Mulheres, dando um passo a mais em nosso compromisso com a igualdade de gênero.

Também foi implementado o Programa Lídera, que fortaleceu em nossos líderes as competências de gestão e 300 líderes concluíram a trilha inicial do Programa. Com treinamentos presenciais, realizados em parceria com escolas de liderança especializadas.

Para os nossos profissionais (analistas e especialistas) foi desenvolvido o Programa Inspiração, que proporcionou discussões importantes para suas carreiras, estimulando seu protagonismo e inovação.

A Neoenergia manteve seu foco em sucessão, com mais de 70% de suas vagas sendo preenchidas por promoções internas de seus colaboradores, demonstrando o compromisso com o desenvolvimento de seus talentos.

Ainda em 2019 ocorreu mais uma edição do nosso Programa de Voluntariado, que além de ser uma forma de atuar alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aproxima também as empresas das comunidades.

Com ações como essas a Neoenergia estimula a responsabilidade, a colaboração, o protagonismo e o alinhamento entre seus colaboradores e times, preparando-os dia-a-dia para que evoluam em suas carreiras e assegurem os melhores resultados para o Grupo.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

A Sustentabilidade é um dos valores da cultura do Grupo Neoenergia, cujo propósito é "continuar construindo, de forma colaborativa, um modelo de energia elétrica mais saudável e acessível". Somos referência em energias renováveis e trabalhamos para ser um modelo de inspiração, criando valor econômico, social e ambiental em toda nossa volta e pensando no futuro.

As Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Biodiversidade do Grupo determinam os princípios gerais e as bases que devem reger a estratégia da Companhia para garantir que todas as atividades corporativas e de negócios se comprometam e promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de relacionamento da empresa. Essas políticas têm por objetivo garantir o alinhamento da atuação de todas as empresas controladas ao seu compromisso com o dividendo social e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), especialmente em relação aos objetivos 7 e 13, referentes ao acesso universal da energia e à luta contra as mudanças climáticas.

Em 2019, o Grupo Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, que é elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade_modelo-negocio-energia-sustentavel/relatorios-sustentabilidade).

10.2. Inovação

Em 2019, o Grupo Neoenergia adotou diversas iniciativas com foco na promoção da cultura de inovação, melhoria contínua, estímulo ao pensamento inovador e geração de valor através de jornadas que envolveram colaboradores, estudantes e parceiros. A companhia busca incorporar iniciativas de diferentes graus de complexidade e duração, enquanto investe em projetos estruturantes para o Grupo, seja através do programa de P&D regulado pela ANEEL ou de projetos que favoreçam a experimentação em cada uma de suas áreas corporativas e de negócio. Dentro das linhas estratégicas, os temas de transformação digital e experiência dos clientes foram alguns destaques.

Assim, destacam-se os projetos de transformação das redes elétricas (Energia do Futuro) e da transformação do relacionamento do cliente (Conexão Digital). O primeiro projeto prevê a completa modernização e digitalização da rede nas cidades de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões e Nazaré (Conexão Digital). O segundo projeto prevê a implantação do projeto Energia do Futuro, que será totalmente concluído no início de 2020 e permitirá a melhoria da qualidade, redução de perdas e disponibilização de informações de consumo para os clientes através de aplicativos, usando uma rede celular privada, medidores inteligentes e esquemas de self-healing da rede. O segundo projeto, Conexão Digital, com apoio dos recursos de P&D Anel, terá sua implantação acelerada a partir de 2020, com a completa digitalização da experiência dos nossos clientes em todo o Grupo, incluindo a integração de canais, novas funcionalidades e facilidades em nosso aplicativo e processos internos que proporcionarão mais agilidade, qualidade e informações para os clientes.

10.3. Educação e Cultura

Em 2019, tem destaque o projeto voltado para educação, realizado em parceria com a Agência Nacional de Notícias das Favelas – ANF, para a formação de 50 jovens em agentes de comunicação comunitária em Salvador e Recife.

No que tange a esfera cultural, as principais iniciativas foram no Estado da Bahia com o apoio a 9ª Festa Internacional Literária da cidade de Cachoeira – FLICA e no Estado do Rio Grande do Norte por meio do incentivo e apoio a projetos culturais via Lei Câmara Cascudo.

10.4. Instituto Neoenergia

Em 2019, o Instituto Neoenergia fez a gestão de 18 projetos em sete estados do Brasil, nas áreas de atuação das empresas do Grupo Neoenergia. Os projetos, que tiveram cerca de 16.600 beneficiados diretos e contribuíram diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, dividem-se em quatro pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura e Ação Social. Entre eles, pode-se destacar o programa Impacto, que potencializou cinco ONGs e negócios de impacto em Salvador para que possam se desenvolver, aperfeiçoar seus processos de gestão e maximizar o seu impacto social, por meio de mentorias e cursos, e o Balcão de Ideias e Práticas Educativas, que visa a redução das desigualdades educacionais de crianças da rede municipal de ensino, capacitando 1.111 professores em 2019. No âmbito da cultura, o Instituto passou a gerir os editais culturais da Neoenergia, com o lançamento do programa Transformando Energia em Cultura no Rio Grande do Norte. Foram 18 projetos socioculturais selecionados dentre 158 inscritos. O Instituto também se associou ao GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, que tem por objetivo a promoção do investimento social privado no país.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do Grupo Neoenergia abrange as distribuidoras do Grupo e tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2019 contou com investimento total de R\$ 50,4 milhões nas quatro distribuidoras. Entre as ações que merecem destaque em 2019 estão:

- Projetos Educativos em escolas públicas sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica, capacitando 5.991 professores e 111.728 alunos das áreas de concessão das distribuidoras;
- Projeto Vale Luz, que consiste na troca de resíduos sólidos por desconto na conta de energia, com reciclagem de 990 toneladas de resíduos neste ano;
- Troca de lâmpadas com ação em comunidades populares com substituição de mais de 420 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais das 4 distribuidoras do Grupo;

- Eficientização de 1.023 prédios públicos e assistenciais (escolas públicas, unidades de saúde, instituições filantrópicas, etc) na área de concessão das distribuidoras, beneficiando 341 unidades na Bahia, 213 unidades em Pernambuco, 110 unidades no Rio Grande do Norte e 359 unidades em São Paulo, com a substituição de quase 350 mil lâmpadas; e

- Projeto de Inovação em Eficiência Energética para Startups em parceria com o SENAI/CIMATEC. Foram contratadas duas startups para desenvolver soluções que ofereçam aos consumidores a possibilidade de monitorar o consumo de energia em tempo real, identificar suas principais cargas, e reconhecer como, onde e quando a energia é consumida.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Neoenergia priorizam cinco temas estratégicos: (i) Tecnologias Inteligentes; (ii) Segurança de Instalações e de Pessoas; (iii) Recuperação de Energia; (iv) Qualidade e Confiabilidade; e (v) Sustentabilidade do Negócio.

Em 2019, as empresas do Grupo investiram R\$ 34 milhões em P&D, dos quais R\$ 27,2 milhões foram destinados para projetos das distribuidoras. Abaixo destacamos em nossas linhas estratégicas os principais projetos do Grupo.

Tecnologias Inteligentes, Recuperação de Energia e Qualidade e Confiabilidade: Projeto "Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes" que desenvolve produtos, serviços e metodologias aplicáveis à melhoria do sistema no que diz respeito à comunicação de equipamentos inteligentes, identificação do nível de qualidade de energia, combate a perdas, interoperabilidade de medidores inteligentes, entre outros. Este projeto teve contribuições relevantes para os processos internos das nossas distribuidoras.

Sustentabilidade do Negócio: (i) Projeto "Sistema Inteligente de Armazenamento de Energia (SIAE)" que possibilita a otimização da operação das usinas solares Noronha 1 e Noronha 2 associando a um sistema de baterias de íon lítio o excedente de energia; (ii) Projeto "Microredes" que viabiliza o desenvolvimento de redes autônomas de pequena escala como alternativa para universalização do atendimento na área de concessão da Coelba, de forma associada ao Programa Luz para Todos; (iii) Projeto "Conexão Digital" cujo objetivo é transformar a experiência do cliente da empresa por meio de canais digitais inteligentes; (iv) três projetos associados à Chamada Estratégia de Mobilidade Elétrica da ANEEL que visam desenvolver: a - caminho elétrico para frota de manutenção de redes das distribuidoras com tecnologia de injeção de energia na rede; b - criação de corredor verde no Nordeste (Salvador/BA a Natal/RN) e postos de carregamento urbano para avaliação do desempenho de veículos híbridos e elétricos; e c - desenvolver a Mobilidade Elétrica de forma sustentável em Fernando de Noronha via soluções e modelos de negócio em atividades de turismo, serviços públicos e operações da administração da Celpe, com soluções tecnológicas para suporte aos veículos elétricos e otimização dos recursos renováveis.

Segurança de Instalações e Pessoas: Projeto "Poda com Braço Robótico" que possibilita a execução robotizada e remota da poda de árvores próximas às redes energizadas.

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2019.

(i) **Selo Pró-Ética:** A Neoenergia recebeu o selo de Empresa Pró-Ética 2019, pela 3ª vez consecutiva, promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Apex-Brasil. A edição 2019 contou com a participação de 373 empresas de todos os portes e de diversos ramos de atuação e 26 delas foram premiadas. |

(ii) **Valor 1000:** Anuário elaborado pelo jornal Valor Econômico em parceria com a Serasa Experian e a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Na sua 19ª edição a Neoenergia está novamente entre as 30 maiores empresas do Brasil. A empresa ocupa a 26ª colocação na esfera nacional, sendo a 18ª em lucro, 20ª em EBITDA e 13ª em patrimônio líquido. No setor elétrico a Neoenergia atingiu a 3ª posição em receita líquida e a 9ª posição no desempenho financeiro geral. |

(iii) **500 Melhores e Maiores:** A Neoenergia e suas distribuidoras estão posicionadas com destaque no ranking das "500 Melhores e Maiores" empresas do Brasil, publicado pela Revista Exame. A "holding" figura na 24ª posição entre os 200 maiores grupos do país. Na lista das 500 maiores companhias, a Elektro figura na 105ª posição. A Elektro também está entre as 50 maiores empresas de serviços, subindo duas posições - da 27ª para 25ª - entre 2017 e 2018. Já a Coelba (BA) subiu 12 posições entre as 100 maiores empresas de capital aberto, ficando em 78ª lugar. Duas distribuidoras da Neoenergia estão entre as 50 maiores pagadoras de dividendos:

BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Informação adicional)

1 - BASE DE CÁLCULO		2019				2018				Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		2018					
		R\$ mil				R\$ mil											
Receita Líquida (RL)		6.085.487				5.616.046				126		107					
Resultado Operacional (RO)		569.746				450.897				Remuneração bruta segregada por:							
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		266.837				256.568				Empregados		125.609					
Valor Adicionado Total (VAT)		4.142.835				4.311.944				Administradores		13.099					
										Terceirizados		0					
										Autônomos		0					
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		2019	2018				
Alimentação		26.041	10,15%	0,46%	0,60%	23.053	8,99%	0,41%	0,53%	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		43,10	51,99				
Encargos sociais compulsórios		58.050	22,63%	1,03%	1,35%	57.680	22,48%	1,03%	1,34%	Nº total de acidentes de trabalho		13	21				
Previdência privada*		8.477	3,30%	0,15%	0,20%	4.593	1,79%	0,08%	0,11%	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(x) direção e gerência	() todos (as) os empregados (as)	() direção	(x) direção e gerência	() todos (as) os empregados (as)
Saúde		23.912	9,32%	0,43%	0,55%	27.716	10,80%	0,49%	0,64%	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() direção e gerência	(x) todos(as) + CIPA	() todos (as) os empregados (as)	(x) direção e gerência	() todos(as) + CIPA	() todos (as) os empregados (as)
Segurança e saúde no trabalho		1.803	0,70%	0,03%	0,04%	5.479	2,14%	0,10%	0,13%	Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
Educação		540	0,21%	0,01%	0,01%	-	0,00%	0,00%	0,00%	A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
Cultura		480	0,19%	0,01%	0,01%	597	0,23%	0,01%	0,01%	A participação nos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
Capacitação e desenvolvimento profissional		1.964	0,77%	0,03%	0,05%	2.097	0,82%	0,04%	0,05%	Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Creches ou auxílio-creche		3.444	1,34%	0,06%	0,08%	2.876	1,12%	0,05%	0,07%	Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva
Esporte		186	0,07%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	Contencioso Cível:							
Transporte		715	0,28%	0,01%	0,02%	840	0,33%	0,01%	0,02%	Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):							
Participação nos lucros ou resultados		17.168	6,69%	0,31%	0,40%	23.564	9,18%	0,42%	0,55%	Na Empresa		36.155		35.920			
Outros		-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	No Procon		5.816		4.376			
Total - Indicadores sociais internos		142.780	55,65%	2,54%	3,31%	148.496	57,88%	2,64%	3,44%	Na Justiça		14.858		10.644			
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça		2019	2018				
Educação		130	0,03%	0,00%	0,00%	3.459	0,77%	0,06%	0,08%	Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:		43.482		55.389			
Cultura		-	0,00%	0,00%	0,00%	30.100	6,68%	0,54%	0,70%	Contingências e passivos trabalhistas:							
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico		19.425	4,31%	0,35%	0,45%	23.645	5,24%	0,42%	0,55%	Número de processos trabalhistas:							
Outros		874	0,19%	0,02%	0,02%	100	0,02%	0,00%	0,00%	movidos contra a entidade		400		648			
Total das Contribuições para a Sociedade		20.429	7,96%	0,36%	0,47%	57.304	22,33%	1,02%	1,33%	julgados procedentes		407		433			
Tributos (Exceto Encargos Sociais)		2.144.270	47,56%	38,18%	49,73%	2.028.335	44,84%	36,12%	47,04%	julgados improcedentes		196		299			
Total - Indicadores sociais externos		2.164.699	48,52%	38,54%	50,20%	2.085.639	47,21%	37,14%	48,37%	Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da Justiça		18.537		21.531			
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$) <th colspan="2"></th>							
Investimentos relacionados com a operação da empresa		246.993	54,78%	4,40%	5,73%	214.463	47,56%	3,82%	4,97%	Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		4.142.835		4.311.944			
Investimento em programas e/ou projetos externos		13.391	2,97%	0,24%	0,31%	12.148	2,69%	0,22%	0,28%	Ao Governo (%)		62,95%		59,16%			
Total dos investimentos em meio ambiente		260.384	57,75%	4,64%	6,04%	226.611	50,26%	4,04%	5,26%	Aos Colaboradores (%)		5,58%		5,15%			
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.		12				52				Aos Acionistas (%)		4,38%		2,60%			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente		0				322				A terceiros (%)		27,09%		33,09%			
Passivos e contingências ambientais.		0				0				7 - OUTRAS INFORMAÇÕES							
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		() Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	(x) Cumpre de 76 a 100%	() Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	(x) Cumpre de 76 a 100%	CNPJ: 10.835.932/0001-08							
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		2019				2018				Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Francisco de Assis Diniz Carvalho Junior Fone: (21) 3235-2815 E-mail: francisco.carvalho@neoenergia.com							
Nº de empregados(as) ao final do período		2.532				2.235				Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.							
Nº de admissões durante o período		400				230				Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.							
Nº de desligamentos durante o período		103				309				Informações não examinadas pelos auditores independentes.							
Nº de empregados(as) terceirizados		7.164				6.124				* Reversão da reserva superavitária do plano de previdência.							
Nº de estagiários(as)		157				148											
Nº de empregados acima de 45 anos		378				292											
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:																	
menores de 18 anos		0				0											
de 18 a 35 anos		1081				1.109											
de 36 a 60 anos		1.298				1.116											
acima de 60 anos		153				10											
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:																	
analfabetos		0				0											
com ensino fundamental		41				1.368											
com ensino médio		1.514				64											
com ensino técnico		261				134											
com ensino superior		602				551											
pós-graduados		114				118											
Nº de empregados por sexo:																	
homens		2.066				1.804											
mulheres		466				431											
% de cargos de chefia por sexo:																	
homens		74%				74%											
mulheres		26%				26%											
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		233				695											
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		3%				49%											

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2019		2018		Passivo e patrimônio líquido	Notas	2019		2018	
		(Reapresentado)		(Reapresentado)				Circulante		Circulante	
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	261.101	657.789	13	641.799	588.975	14	808.186	446.966	14	61.816
Contas a receber de clientes e outros	6	1.252.326	1.160.765	14	2.071.518	2.071.518	14	1.992	-	14	1.992
Títulos e valores mobiliários	7	5.935	4.787	14	4.456	7.783	14	4.456	201.589	14	4.456
Instrumentos financeiros derivativos	14	123.616	4.954	15	45.368	47.166	15	45.368	47.166	15	45.368
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.1	23.655	45.908	16	39.935	63.111	16	39.935	63.111	16	39.935
Outros tributos a recuperar	8.2	102.035	94.061	17	111.490	117.591	17	111.490	117.591	17	111.490
Serviços em curso		32.573	40.060	20	40.805	565	20	40.805	565	20	40.805
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	112.205	193.453	18	48.983	68.114	18	48.983	68.114	18	48.983
Outros ativos circulantes		90.549	107.222	19	19.021	18.413	19	19.021	18.413	19	19.021
Total do ativo circulante		2.003.995	2.308.999	Total do passivo circulante	2.002.034	1.704.952	Total do patrimônio líquido	1.704.952	1.704.952	Total do patrimônio líquido	1.704.952
Não circulante				Não circulante			Patrimônio líquido			Patrimônio líquido	
Contas a receber de clientes e outros	6	79.827	89.942	Fornecedores	13	50.112	Capital social	663.178	663.178	Reserva de capital	485.076
Títulos e valores mobiliários	7	19.508	30	Emprestimos e financiamentos	14	2.102.204	Reservas de lucros	368.593	356.324	Reservas de lucros	37.260
Instrumentos financeiros derivativos	14	133.266	208.286	Debêntures	14	1.694.709	Outros resultados abrangentes	74.945	45.276	Outros resultados abrangentes	74.945
Outros tributos a recuperar	8.2	39.000	42.017	Passivo de arrendamento	14	10.551	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	1.629.052	1.593.470	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	1.629.052
Impostos e contribuições diferidos	9	168.298	212.824	Instrumentos financeiros derivativos	14	-	Total do patrimônio líquido	7.940.904	7.763.425	Total do patrimônio líquido	7.940.904
Depósitos judiciais	18	131.146	110.491	Encargos setoriais	16	-	Passivo e patrimônio líquido total	7.940.904	7.763.425	Passivo e patrimônio líquido total	7.940.904
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11.1	2.130.339	1.742.211	Provisões	18	94.662					
Concessão do serviço público (ativo contratual)	11.2	886.151	714.309	Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	147.117					
Outros ativos não circulantes		1.695	7.501	Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	10	107.502					
Direito de uso de ativos		11.686	-	Outros passivos não circulantes	19	52.905					
Intangível	12	2.335.993	2.326.815	Total do passivo não circulante	4.309.818	4.465.008					
Total do ativo não circulante		5.936.909	5.454.426	Patrimônio líquido	20	663.178					
Ativo total		7.940.904	7.763.425	Capital social		663.178					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágrio	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de lucros				
Saldos em 01 de janeiro de 2018	663.178	30.077	454.999	287.795	68.267	-	33.040	1.537.356
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	(53)	-	-	-	(53)
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	-	-	-	-	-	-	(16.107)	(16.107)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	111.904	111.904
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	9.817	9.817
Ganhos e perdas atuárias, líquidos	-	-	-	-	-	-	759	759
Efeito hedge de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação:	-	-						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Recife – Pernambuco – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S/A (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no estado de Pernambuco, desde 2002. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter uma usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2030.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatórios financeiros (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio em vigor na data da transação. Subsequentemente, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras na demonstração do resultado. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 27 (estimativa de valor justo). **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas para a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas detalhadas na nota explicativa 2.5. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e reconhecidas prospectivamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Nota 21a e 21d, respectivamente); (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 21b); (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (Nota 9); (iv) critério de atualização e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor (Notas 11 e 12); (v) a análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6); (vi) a definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos (Nota 27); (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (Nota 18); (viii) reconhecimento dos valores a compensar/ (repassar) da parcela A e outros itens financeiros (Nota 10); e (ix) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões (Nota 29). **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **a) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. (ii) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPCELD”): As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda). (iii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. (iv) Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*: Transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como *hedge accounting*. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa tem seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. **b) Contrato de concessão de serviços públicos:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Celpe regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e estabelecem que: • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão para as Distribuidoras e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato, que fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica são classificados como ativo de contrato; (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; (iii) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. Dessa forma, a norma requer que todos os bens que integrem a infraestrutura de distribuição de energia elétrica, classificados como ativo de contrato, devam ser bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. Os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos também integram o custo de construção, e ambas situações. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão (Intangível); (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa (Ativo Financeiro). **c) Subvenções governamentais:** São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como “Receita de fornecimento de energia”, em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas. **d) Valores a compensar/(repassar) da parcela A:** Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. **e) Imposto de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de

taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação a qual um ativo pertence; e • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos. **f) Benefícios a empregados:** Planos de contribuição definida: As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Planos de benefício definido: A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuarias independentes e aprovadas pela Administração da Companhia. **g) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“Tributos sobre o lucro”):** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% - contribuição social) sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. **h) Provisões, ativos e passivos contingentes:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **i) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia. O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o último faturamento anterior à data do balanço. A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos de contrato. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (ii) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; e (iii) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE, a prévia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pela ONS (Operador Nacional do Sistema). **j) Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis:** (i) **IFRS 16 Leases/ CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil:** O CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil passou pela segunda revisão, na qual foram introduzidas as alterações trazidas pela IFRS 16 - *Leases*, que substituiu o IAS 17 - *Leases*. Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período de tempo. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, no qual o arrendatário deve reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado em contrapartida de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos ao arrendador. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e o passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a vencer, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Companhia utilizou os seguintes expedientes e isenções: • Taxa incremental de captação de empréstimos e financiamentos; • Não mensuração de arrendamentos de curto prazo; • Não mensuração para itens de baixo custo, cujo o valor justo do ativo identificado é inferior a US\$ 5 mil; • Método de abordagem de efeito cumulativo, não representando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores. A adoção da IFRS 16 não gerou impactos relevantes nas operações da Companhia, bem como sua capacidade de cumprir com os indicadores estabelecidos nos acordos contratuais (*covenants*). Em 1º de janeiro de 2019, pela adoção da IFRS 16, a Companhia reconheceu os itens demonstrados a seguir:

Saldos em 1º de janeiro de 2019

	Ativo	Passivo
	16.968	-
	-	16.968

Ativos de direito de uso

Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais

(ii) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*): Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

3. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu à reapresentação espontânea de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, divulgados em 14 de fevereiro de 2019. As mudanças efetuadas não impactam o patrimônio líquido, o lucro líquido do exercício, a demonstração de resultados abrangentes, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado.

3.1. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018

	Ativo	Ref.	Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Total do ativo circulante			2.308.999	-	2.308.999
Ativo não circulante					
Concessão do serviço público (ativo contratual)	(a)	-	714.309	714.309	
Intangível	(a)	3.041.124	(714.309)	2.326.815	
Demas ativos não circulantes não afetados		2.413.302	-	2.413.302	
Total do ativo não circulante			5.454.426	-	5.454.426
Total do ativo			7.763.425	-	7.763.425

(a) Os ativos da infraestrutura da concessão durante o período de construção, anteriormente classificados como intangível em curso, passam a ser classificados como ativos de contrato, conforme IFRS 15 / CPC 47. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

3.2. Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018

	Ref.	Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Receita líquida		5.616.046	-	5.616.046
Custos dos serviços		(4.749.692)	-	(4.749.692)
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(a)	-	(106.907)	(106.907)
Despesas com vendas	(a)	(184.091)	106.907	(77.184)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas		(231.366)	-	(231.366)
Resultado financeiro		(286.562)	-	(286.562)
Imposto de renda e contribuição social		(52.431)	-	(52.431)
Lucro líquido do exercício		111.904	-	111.904

(i) **Bandeiras Tarifárias:** A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 826, porém, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Nesse modo, as empresas devedoras passaram a aportar na CCRBT apenas as receitas excedentes, já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem. No ano de 2019, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir. Assim temos: (i) de janeiro a maio, valores conforme a REH nº 2.392/2018; (ii) de junho a outubro, adicionais sob a égide da REH nº 2.551/2019; e (iii) a partir de novembro novos valores conforme REH nº 2.628/2019.

	Até maio/2019	A partir de junho/2019	A partir de novembro/2019
	REH nº 2.392/2018	REH nº 2.551/2019	REH nº 2.628/2019
	Patamar	RS/MWh	RS/MWh
Verde	0,00	0,00	0,00
Amarela	10,00	15,00	13,43
Vermelho 1	30,00	40,00	41,69
Vermelho 2	50,00	60,00	62,43

Nos exercícios de 2019 e 2018, vigoraram as bandeiras tarifárias seguintes:

	Cor da Bandeira	
	2019	2018
Jan	Verde	Verde
Fev	Verde	Verde
Mar	Verde	Verde
Abr	Verde	Verde
Mai	Amarela	Amarela 2
Jun	Verde	Vermelha Patamar 2
Jul	Amarela	Vermelha Patamar 2
Ago	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Set	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Out	Amarela	Vermelha Patamar 2
Nov	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dez	Amarela	Verde

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 170.038 (R\$ 237.782 em 31 de dezembro de 2018) de bandeira tarifária, e recebeu o montante de R\$ 26.834 (R\$ 182 repassados em 31 de dezembro de 2018) através da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, decorrente da apuração do *superávit* da Conta Bandeiras, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme procedimentos definidos pela ANEEL através do PRORET, regulamentada pela REN nº 826/2018. (ii) **Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios:** O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplica aos consumidores atendidos em baixa tensão com rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores. Em 4 de abril de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.744/2019 que alterou novamente o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, de modo a retornar à situação anterior, assim os consumidores atendidos em baixa tensão, como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada, voltam a ter o desconto sobre a tarifa da classe rural na baixa tensão. (iii) **Nível contratual:** De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar anualmente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Alguns fatores que fogem do controle da distribuidora e que impactam seu nível contratual são reconhecidos pelo órgão regulador como sobras involuntárias, garantindo assim seu repasse tarifário como ocorre, por exemplo, com as sobras involuntárias decorrentes da migração de clientes cativos para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), garantidas pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004. Ao longo de 2019 a Companhia utilizou-se dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio de compra de energia, envidando o máximo esforço para adequação de seu nível de contratação dentro dos limites regulatórios. (iv) **Reajuste Tarifário Anual – IRT 2019:** A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.535 de 23 de abril de 2019, na 13ª reunião pública ordinária de 2019, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com vigência a partir de 29 de abril de 2019. O reajuste tarifário traz um efeito médio para os consumidores de 5,04% para Companhia, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em 3,76% para Companhia, enquanto para os da baixa tensão, ficou 5,56% para Companhia. (v) **Conta de Desenvolvimento Energético - CDE:** As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 a 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidroenergéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para neutralizar esses efeitos. Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras. Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de Reajuste ou Revisão Tarifária do exercício de 2015. Sendo assim, através da Resolução Homologatória nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 32.191 por mês, estabelecendo o repasse à CCEE no período de abril de 2015 até março de 2021. Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que atualiza para a Companhia o valor de incremento na tarifa para R\$ 24.720 por mês, com vigência de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 32.191 em vigência de abril de 2018 a março de 2020. Em 20 de março de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.521, autorizando a antecipação do final do pagamento da CDE – CONTA ACR, tendo em vista que a reserva financeira do fundo foi suficiente para antecipar o pagamento de algumas parcelas. Dessa forma, as distribuidoras somente realizaram o pagamento até agosto de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 176.719 (R\$ 249.699 em 31 de dezembro de 2018). (vi) **Resolução Normativa nº 824/2018 – Mecanismo de Venda de Excedente:** A Resolução nº 824/2018 regulamentou a venda de excedentes de energia elétrica pelas distribuidoras, estabelecida no parágrafo 13 do artigo 4º da Lei 9.074/1995. Essa venda ocorreu através do Mecanismo de Venda de Excedente – MVE, no Ambiente de Contratação Livre – ACL, o que centralizava no âmbito da CCEE, e é de participação facultativa pelas distribuidoras. Como compradores, podem participar geradores, autoprodutores, comercializadores, consumidores livres e consumidores especiais. Para essa venda, é elegível a energia decorrente de sobrecontratação contratual da distribuidora, limitada a 15% de sua carga. Caso essa venda envolva montante de energia dentro da faixa de repasse tarifário, há a previsão de um componente financeiro, que visa compartilhar na tarifa dos consumidores cativos os eventuais ganhos com essa venda ou ressarcir de eventual perda financeira, a depender do PLD realizado no exercício. A Companhia participou deste novo mecanismo de gestão portfólio, no qual ela define o preço de venda e o montante que será ofertado no mecanismo.

5

(d) PPECULD:

	Consumidores	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	(489.491)	(15.498)	(504.989)
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	(19.173)	(5.232)	(24.405)
Adições	(254.578)	(894)	(255.472)
Reversões	142.179	4.788	146.967
Baixa para perdas (incobráveis)	188.762	-	188.762
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(432.301)	(16.836)	(449.137)
Adições	(285.934)	(6.743)	(292.677)
Reversões	161.781	5.189	166.970
Baixa para perdas (incobráveis)	87.706	-	87.706
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(468.748)	(18.390)	(487.138)

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ref.	Tipo de Aplicação	2019	2018
Aplicações Financeiras			
Banco Votorantim	CDB	29	29
Banco Santander	CDB	27	30
		56	59
Aplicações Financeiras Vinculadas			
(a)			
Banco Santander	Fundo	5.879	4.728
Banco Bradesco	LFT	30	30
Banco do Nordeste	Fundo	19.478	-
		25.387	4.758
		25.443	4.817
Total		5.935	4.787
Circulante		19.508	30
Não circulante		-	-

(a) Referem-se, basicamente, a contas reservas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2019, as garantias estavam 100% constituídas.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR

	2019	2018
8.1. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:		
Imposto de Renda (IR) corrente	13.901	22.305
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente	9.754	23.603
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	23.655	45.908
8.2. Outros tributos a recuperar:		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	101.815	106.994
Programa de Integração Social - PIS	4.041	2.329
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	24.945	16.877
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.965	2.878
Imposto sobre Serviços - ISS	81	151
Outros	7.188	6.849
Outros tributos a recuperar	141.035	136.708
Circulante	102.035	94.061
Não circulante	39.000	42.017

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

Ref.	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social diferido	81.084	112.538
Benefício fiscal da mais-valia e reversão da Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	87.214	100.286
Total ativo	168.298	212.824

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	2019	2018
Prejuízo fiscal	189.909	189.909
Alíquota de IR e CS	25%	25%
Total do prejuízo fiscal	47.477	47.477
Ativo	15.765	17.092
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	126.008	116.025
Provisão para contingências	143.645	143.033
Provisão PLR	10.245	15.640
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	81.676	85.132
Perda CCEE/Energia Livre	24.083	21.224
Ajuste da quota anual de amortização	27.902	23.265
Valor justo de derivativos financeiros	-	11.643
Deficit plano previdenciário	168.020	181.061
Outros	26.375	16.589
Total Diferenças Temporárias - ATIVO	607.954	613.612

10. VALORES A COMPENSAR/(REPASSAR) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstrada a seguir:

Ref.	2019			
	Circulante		Não circulante	
	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/(Passivo)	Total líquido
CVA				
Energia	(a) 315.566	-	315.566	54.522
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(b) -	(113.544)	(113.544)	(31.953)
TUST	27.406	-	27.406	11.919
Neutralidade dos encargos setoriais	-	(8.556)	(8.203)	177
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	19.671	-	19.671	7.842
Outras CVA's	1.760	-	1.760	-
Outros itens financeiros				
Recomposição energia Termope	46.582	-	46.582	10.059
Repasse de sobreconstrução	(c) -	(100.266)	(100.266)	(24.338)
Risco hidrológico	(d) -	(86.080)	(86.080)	(18.904)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(e) -	-	-	(115.642)
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	(f) 7.513	-	7.513	(115.642)
Outros itens financeiros	1.810	(10)	1.800	342
	420.661	(308.456)	112.205	84.861
				(192.363)
				(107.502)
				4.703
2018				
Ref.	Circulante		Não circulante	
	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/(Passivo)	Total líquido
CVA				
Energia	(a) 471.246	-	471.246	93.747
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(b) -	(155.833)	(155.833)	(28.772)
TUST	28.941	-	28.941	3.865
Neutralidade dos encargos setoriais	8.200	(6.999)	1.201	(2.333)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	6.423	(19.252)	(12.829)	2.141
Outras CVA's	564	-	564	-
Outros itens financeiros				
Recomposição energia Termope	49.288	-	49.288	10.808
Repasse de sobreconstrução	(c) -	(92.408)	(92.408)	(21.825)
Risco hidrológico	(d) -	(91.066)	(91.066)	(14.872)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	-	-	(75.034)
Ressarcimento P&D	-	(12.077)	(12.077)	-
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	2.985	-	2.985	-
Outros itens financeiros	3.441	-	3.441	694
	571.088	(377.635)	193.453	111.255
				(142.836)
				(31.581)
				161.872

(a) **Energia:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou a CVA de energia e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 370.088 (R\$ 564.993 em 31 de dezembro de 2018), decorrente dos custos incorridos acima da cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários. (b) **Encargo de Serviço do Sistema – ESS:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou a CVA de ESS e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 145.497 (R\$ 184.605 em 31 de dezembro de 2018), decorrente dos custos incorridos abaixo da cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários. (c) **Repasse de sobreconstrução:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu um ajuste financeiro passivo atualizado de sobreconstrução no valor total de R\$ 124.604 (R\$ 114.233 em 31 de dezembro de 2018), de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários. (d) **Risco hidrológico:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém um componente financeiro de risco hidrológico passivo no valor total atualizado de R\$ 104.984 (R\$ 105.938 de componente financeiro passivo em 31 de dezembro de 2018), decorrente da constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 796/2017, em resultado à Audiência Pública 004/2017, e da amortização do saldo homologado pela ANEEL nos processos tarifários em 2018 e 2019. (e) **Ultrapassagem de demanda/excedente reativo:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um componente financeiro de ultrapassagem de demanda/excedente de reativo e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 115.642 (R\$ 75.034 de 31 de dezembro de 2018), em conformidade com o Submódulo 2.7 do PRORET. (f) **Compensação referente acordos bilaterais de CCEAR:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um componente financeiro de compensação referente acordos bilaterais de CCEAR e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 7.513 (R\$ 2.985 de 31 de dezembro de 2018), em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 711/16. A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldos iniciais	161.872	175.667
Constituição ativa (passiva)	141.676	88.413
Reversão (amortização)	(306.331)	(119.055)
Remuneração financeira setorial	7.486	16.847
Saldos finais ativos (passivos)	4.703	161.872

11. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

11.1. **Concessão do serviço público (ativo financeiro):** A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Ref.	2019	2018
Saldos iniciais	1.742.211	1.364.297
Baixas	(2.475)	(1.670)
Amortização/reversão	3.814	-
Transferência	(a) 316.821	323.644
Atualização valor de reposição estimado da concessão	(b) 69.968	55.940
Saldos finais	2.130.339	1.742.211

(a) Transferência do ativo contratual de R\$ 312.718 (R\$ 321.474 em 31 de dezembro de 2018), conforme nota 11.2 (b), em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício e transferências de R\$ 4.103 (R\$ 2.170 em 31 de dezembro de 2018), conforme nota 12 (a), referente à remensuração de parcela de ativo financeiro e intangível. (b) Atualização dos ativos de acordo com comportamento do índice IPCA no exercício. O valor reconhecido do ativo financeiro, as alterações no valor justo e taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada quatro anos na Companhia. A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão têm prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogada a exclusivo critério do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses previstas, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. 11.2. **Concessão do serviço público (ativo contratual):** A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis está assim apresentada:

	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Passivo (-)				
Valor justo de derivativos financeiros	(3.739)	(3.739)	-	-
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(344.299)	(344.299)	(274.331)	(274.331)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(183.981)	(183.981)	(171.426)	(171.426)
Custo de captação	(23.458)	(23.458)	(26.770)	(26.770)
Total Diferenças Temporárias - PASSIVO	(555.477)	(555.477)	(472.527)	(472.527)
Total Diferenças Temporárias - LIQUIDO	52.477	52.477	141.085	141.085
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total Diferenças Temporárias	13.119	4.723	35.271	12.698
Subtotal	60.596	20.488	82.748	29.790
Total do imposto diferido	81.084	112.538	-	-

A Companhia anualmente realiza análises técnicas de viabilidade econômica. As análises realizadas indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera. A expectativa de realização dos tributos diferidos está demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	Total
	33.004	28.527	19.553	81.084

A seguir é apresentada reconciliação da receita/(despesa) dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	232.258	232.258
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	58.065	20.903
Exclusões no cálculo do tributo:	(23.891)	(4.179)
Diferenças permanentes	(11.608)	(4.179)
Incentivos fiscais e outros	(12.283)	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	34.174	16.724
Outros	137	(99)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	34.311	16.625
Corrente	138	2.997
Recolhidos e Pagos	553	6.105
Compensados e deduzidos	-	2
Impostos antecipados a recuperar	(415)	(3.108)
Diferido	34.173	13.628
Imposto de renda e contribuição do exercício	34.311	16.625
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	14,77%	7,16%

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018
Corrente	(3.135)	(122)
Diferido	(34.729)	(38.681)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(13.072)	(13.628)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(50.936)	(52.431)

(b) **Benefício Fiscal – mais-valia incorporado:** O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL). Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com a mais-valia incorporada, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

	2019	2018
Ágio - incorporado	1.494.454	-
Provisão constituída	(986.340)	-
Benefício fiscal	508.114	-
Amortização acumulada	(1.199.492)	-
Reversão acumulada	791.664	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.286	-
Amortização	(38.452)	-
Reversão	25.380	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	87.214	-

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. O ágio fiscal está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2020	0,02335	2023	0,02045	2026	0,01690
2021	0,02238	2024	0,01860	2027	0,01609
2022	0,02140	2025	0,01773	2028	0,01476

Ref.	2019			
	Circulante		Não circulante	
	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/(Passivo)	Total líquido
CVA				
Energia	(a) 315.566	-	315.566	54.522
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(b) -	(113.544)	(113.544)	(31.953)
TUST	27.406	-	27.406	11.919
Neutralidade dos encargos setoriais	-	(8.556)	(8.203)	177
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	19.671	-	19.671	7.842
Outras CVA's	1.760	-	1.760	-
Outros itens financeiros				
Recomposição energia Termope	46.582	-	46.582	10.059
Repasse de sobreconstrução	(c) -	(100.266)	(100.266)	(24.338)
Risco hidrológico	(d) -	(86.080)	(86.080)	(18.904)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(e) -	-	-	(115.642)
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	(f) 7.513	-	7.513	(115.642)

c. Cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos e debêntures: c.1. Empréstimos e financiamentos: O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos são conforme tabela a seguir:

	2019		
	Divida	Custos transação	Total líquido
2021	821.451	(945)	820.506
2022	711.540	(1.323)	710.217
2023	130.782	(826)	129.956
2024	71.165	(206)	70.959
2025	55.883	-	55.883
Após 2025	205.742	-	205.742
Total obrigações	1.996.563	(3.300)	1.993.263
Marcação a mercado	-	-	(6.664)
Total			1.986.599

c.2. Debêntures: O cronograma de amortização das debêntures são conforme tabela a seguir:

	2019		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2021	190.000	(611)	189.389
2022	280.250	(611)	279.639
2023	251.348	(3.307)	248.041
2024	456.348	(3.068)	453.280
2025	256.348	(3.068)	253.280
Após 2025	256.349	(3.409)	252.940
Total obrigações	1.690.643	(14.074)	1.676.569
Marcação a mercado	-	-	479
Total			1.677.048

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A. **d. Condições restritivas financeiras (covenants):** Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de covenants. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e de cobertura de juros, apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A. ("Controladora"). Os principais parâmetros estão listados abaixo: **e) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA**, menor ou igual a 4; **e) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5** ou 2. **e. Garantias dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures:**

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Valor de Saldo em	
			Garantias	principal 2019
	3,00% a 6,00% / TJLP + 1,59% a 2,70% / IPCA + 2,74% a 4,90% / SELIC + 2,09% a 2,53%	2021 a 2029	Garantia Real / Quirografia	968.702
Financiamento		2022 a 2025	Quirografia	950.934
Debêntures		2023 a 2026	Quirografia	723.683
Infra	IPCA + 6,0352% a 6,1827%	2020 a 2022	Quirografia	1.004.405
Debêntures Institucionais	108,50% a 117,30% do CDI	2020 a 2022	Quirografia	1.871.626
Empréstimo	111,35% a 123,20% do CDI			1.725.135
Total				4.414.490

15. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	2019	2018
Salários	2.431	2.457
Encargos sociais	3.586	2.729
Provisões para férias e 13º salário	13.242	11.903
Encargos sobre provisões para férias e 13º salário	5.983	5.138
Provisão sobre participação nos lucros e resultados	14.214	19.579
Outros	5.912	5.360
Total	45.368	47.166

16. ENCARGOS SETORIAIS

	Ref.	2019	2018
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(a)	-	28.451
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(b)	2.721	2.434
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(b)	1.361	1.217
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	33.934	25.659
Programa de Eficiência Energética - PEE	(b)	46.631	34.095
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(c)	513	460
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	(d)	4.831	-
Total		89.991	92.316
Circulante		39.935	63.111
Não circulante		50.056	29.205

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. **(b) Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. **(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. **(d) Encargos Setoriais - Outros CCRBT:** Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à conta centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 4 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

17. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	48.006	65.870
Programa de Integração Social - PIS	6.681	5.212
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	30.913	23.813
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.242	3.576
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.226	1.090
Imposto sobre Serviços - ISS	316	132
Impostos e contribuições retidos na fonte	14.326	11.166
Outros	6.780	6.732
Outros tributos a recolher	111.490	117.591

18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Provisões: A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição. As provisões estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	59.210	79.523	790	83.523
Adição	29.324	52.878	5	82.207
Reversões por ganho	(13.382)	(13.806)	-	(27.188)
Reversões por pagamentos/indenizações	(21.531)	(56.294)	-	(77.825)
Atualização	5.966	20.347	3	26.316
Saldos em 31 de dezembro de 2018	59.587	82.648	798	143.033
Adição	18.068	47.024	117	65.209
Reversões por ganho	(14.464)	(11.689)	(16)	(26.169)
Reversões por pagamentos/indenizações	(18.537)	(44.364)	(117)	(63.018)
Atualização	4.441	19.857	292	24.590
Saldos em 31 de dezembro de 2019	49.095	93.476	1.074	143.645
Circulante	18.537	30.330	116	48.983
Não circulante	30.558	63.146	958	94.662

Trabalhistas: Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empregadores (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 208.844 (R\$ 415.933 em 31 de dezembro de 2018) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas deferido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. **Cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 257.913 (R\$ 287.218 em 31 de dezembro de 2018) em processos cíveis (incluindo as causas acompanhadas no juízo especial) com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m. **Fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnatórias de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.810.832 (R\$ 1.681.453 em 31 de dezembro de 2018) em ações tributárias de natureza diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração movidos por: (i) Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores micro empresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 12.715 (R\$ 12.496 em 31 de dezembro de 2018); (ii) Auto de infração por falta de retenção do IRRF (IRPJ) incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 37.303 (R\$ 35.675 em 31 de dezembro de 2018); e (iii) Autos de infração decorrentes da dedução da despesa de amortização do ágio das bases de cálculo do IRPJ e CSLL, que resultaram ainda em glosa de créditos apurados, já utilizados em compensações de tributos federais, totalizando o montante de R\$ 1.315.203 (R\$ 1.338.166 em 31 de dezembro de 2018). Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando-a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **Depósitos Judiciais:** Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2019	2018
Trabalhistas	74.384	63.248
Cíveis	39.537	34.905
Fiscais	17.225	12.338
Total	131.146	110.491

19. OUTROS PASSIVOS

	Ref.	2019	2018
Consumidores	(a)	28.079	26.185
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		17.047	13.212
Caução em garantia	(b)	161.667	132.542
Adiantamentos recebidos		5.333	4.735
Repasse a terceiros		16.080	17.470
Outros		2.882	5.723
Total		231.088	199.867
Circulante		178.183	144.679
Não circulante		52.905	55.188

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros. (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. As garantias são atualizadas mensalmente com base nos índices IGPM ou CDI, conforme previsto em contrato.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 700.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 663.178 (R\$ 663.178 em 31 de dezembro de

2018). A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

Acionistas / Qtde	Total					
	Ações vs RS	Ordinárias *	RS Pref. A *	RS Pref. B *	RS Ações	RS
Neoenergia S.A.	66.023	586.829	464	4.127	400	3.559
Outros	280	2.490	7.103	63.133	342	3.040
Total	66.303	589.319	7.567	67.260	742	6.599

* Lote de mil ações.
Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) As ações preferenciais "Classe A" têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais "Classe A"; (ii) As ações preferenciais "Classe B", têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. **Lucro por ação:** O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	181.322	111.904
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	74.612	74.612
Lucro básico e diluído por ação - RS	2,43	1,50

Reservas de capital: a) **Reserva especial de ágio:** Reserva no montante de R\$ 454.999, gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. Em 31 de dezembro de 2019, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 420.900 (R\$ 407.828 em 31 de dezembro de 2018) e a disponível para capitalização por parte do acionista controlador monta R\$ 367.785 (R\$ 354.713 em 31 de dezembro de 2018). **Reservas de lucros:** a) **Reserva de incentivo fiscal:** O valor correspondente ao incentivo SUDENE contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis. A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 12.260 (R\$ 315 em 31 de dezembro de 2018) de incentivo fiscal da SUDENE. b) **Reserva legal:** Em conformidade com a Lei 6.404/1976, as companhias brasileiras são requeridas ao final de cada exercício a constituir a reserva legal, que é calculada com base em 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social. **Dividendos e juros sobre capital próprio:** O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos adicionais propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Deliberação	Provento	deliberado	ON	PNA	PNB
-------------	----------	------------	----	-----	-----

AGO de 15 de abril de 2019	Dividendos Adicionais	45.276	0,6062187	0,6062187	0,6668405
RCA de 28 de junho de 2019	Juros sobre Capital Próprio	47.000	0,6292960	0,6292960	0,6922256
RCA de 13 de dezembro de 2019	Juros sobre Capital Próprio	47.117	0,6308626	0,6308626	0,6939488
		139.393			

2018

RCA de 28 de junho de 2018	Juros sobre Capital Próprio	50.206	0,6722220	0,6722220	0,7394442
		50.206			

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima aos acionista de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A remuneração mínima contempla os direitos dos acionistas detentores das ações preferencias "Classe B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias. A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	Ref.	2019	2018
Lucro líquido do exercício		181.322	111.904
Incentivo fiscal SUDENE		(12.260)	(315)
Aplicação inicial CPC 48 / IFRS 9		-	(16.107)
Lucro líquido ajustado passível de distribuição		169.062	95.482
Remuneração mínima obrigatória (25%)		42.266	23.871

Natureza da remuneração pagas e propostas:

Juros sobre capital próprio	94.117	50.206
Dividendos adicionais propostos	(a)	74.945
Total bruto	169.062	95.482

Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*)

	(13.615)	(6.993)
--	----------	---------

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

a) **Dividendos adicionais propostos:** O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O Conselho de Administração aprovou, na reunião de 14 de fevereiro de 2019, a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2018. A Companhia destinou à proposta de distribuição de dividendo adicional, o montante de R\$ 74.945. A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2019	2018
--	------	------

Saldos iniciais	565	64.669
-----------------	-----	--------

Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Declarados	139.393	50.206
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(13.616)	(6.993)
Pagos no exercício	(85.258)	(107.317)
Prescritos	(9)	-
Saldos finais	40.805	565

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

21. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções é como segue:

	Ref.	2019	2018
--	------	------	------

Fornecimento de energia	(a)	3.807.131	3.733.234
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(b)	337.731	150.648
Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE	(c)	6.000	-
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(d)	4.123.351	3.734.362
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(e)	(164.655)	(30.642)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		739.923	732.609
Outras receitas	(f)	140.705	122.050
Total receita bruta		8.990.186	8.442.261

25.1. Remuneração da administração: O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3.656 (R\$ 3.402 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

	2019	2018
Remuneração recorrente	4.538	2.475
Benefícios de curto prazo	(593)	1.135
Benefícios de longo prazo	(1.017)	(208)
Rescisões contratuais	728	-
Total	3.656	3.402

Os valores de benefícios de curto e longo prazo, que apresentam saldos credores nos exercícios findos em 2018 e 2019, são decorrentes de reversões de provisões constituídas em exercícios anteriores e que não tem mais expectativa de desembolso pela Companhia. Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 15 de abril de 2019, aprovou o montante de até R\$ 6.838 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante pago foi de R\$ 5.320 (R\$ 4.951 em 31 de dezembro de 2018), conforme detalhamento abaixo:

	2019	2018
Remuneração recorrente	2.038	2.543
Benefícios de curto prazo	1.312	944
Benefícios de longo prazo	1.242	1.464
Rescisões contratuais	728	-
Total	5.320	4.951

Adicionalmente a Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

26. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas internas: A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. Dentre as diretrizes previstas nessas políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio de pagamento. Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. **b) Gestão de risco de mercado: Risco cambial:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2019, operações de *hedge* cambial para a totalidade de suas dívidas, principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) "Informações complementares sobre os instrumentos derivativos". **Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item e) "Informações complementares sobre os instrumentos derivativos". **c) Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém um total de aplicações no curto prazo de R\$ 261.101, sendo R\$ 136.470 em fundos exclusivos e R\$ 124.631 em outros ativos. A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento da Companhia vigente, em 31 de dezembro de 2019, as curvas futuras de mercado para os indexadores e moedas.

	Fluxo de caixa					Acima de 5 anos
	Valor contábil	Fluxo de caixa total	2020	2021	2022	
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	2.910.390	3.343.785	919.015	1.011.148	849.858	162.957
Debêntures	1.756.525	2.322.958	121.524	204.663	463.059	447.678
Fornecedores	691.911	691.911	641.799	-	-	-
Passivos financeiros derivativos:						
Swap cambial e de taxa de juros	(251.968)	(265.022)	(114.401)	(93.091)	(57.530)	-
Non-deliverable Forwards (NDF)	8	8	8	-	-	-
Opções	(466)	(466)	(466)	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as diretrizes de sua Política de Riscos de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2019.

	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	-	AA
Bank of America	-	-	AAA
BNP Paribas	-	AAA	-
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
MUFG	-	AAA	-
Votorantim	Aa3	AAA	-
Banco J.P. Morgan S.A.	-	AAA	-
Sumitomo	-	AAA	-
Safra	Aa1	AAA	-

(*) HSBC, e Scotiabank possuem *ratings* apenas em escala global.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	52.572	90.669
Títulos e valores mobiliários	25.443	4.817
Contas a receber de clientes e outros	1.819.291	1.699.844
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	112.205	193.453
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	208.529	567.120
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	2.130.339	1.742.211

e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2019, não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos. A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-deliverable Forwards* (NDF) e opções de câmbio. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício. Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **(i) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*Libor*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados de valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Ativa	US\$ 139.310	US\$ 138.392	2020	561.517	550.720	
Passiva	US\$ 438.811	US\$ 437.927		(438.811)	(445.241)	
Risco de crédito	-	-		-	(105)	
Líquido				122.706	105.374	17.332

Swap US\$ pré vs R\$	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Ativa	US\$ 32.965	US\$ 60.665	2021	132.872	235.105	
Passiva	US\$ 103.915	US\$ 195.422		(103.915)	(199.295)	
Risco de crédito	-	-		-	263	
Líquido				28.957	36.073	(7.116)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

Swap US\$ pós vs R\$	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Ativa	US\$ 47.320	US\$ 46.878	2021	190.736	186.025	
Passiva	US\$ 153.228	US\$ 152.363		(153.228)	(156.390)	
Risco de crédito	-	-		-	(99)	
Líquido				37.508	29.536	7.972

Swap US\$ pré vs R\$	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Ativa	US\$ 46.731	US\$ 46.305	2021	188.359	179.169	
Passiva	US\$ 156.187	US\$ 155.588		(156.187)	(159.437)	
Risco de crédito	-	-		-	(55)	
Líquido				32.172	19.677	12.495

(ii) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*Euribor*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados de valor justo por meio do resultado:

Swap EUR \$ pré vs R\$	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Ativa	-	€ 173		-	797	
Passiva	-	RS 436		-	(404)	
Risco de crédito	-	-		-	3	
Líquido				-	396	(396)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

Swap EUR \$ pré vs R\$	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Ativa	€ 93.060	€ 79.641	2022	375.097	373.410	
Passiva	RS 362.576	RS 356.111		(362.576)	(371.019)	
Risco de crédito	-	-		-	(6)	
Líquido				12.521	2.385	10.136

(iii) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Ativa	RS 28.271	RS 100.668	2022	113.953	108.083	
Passiva	RS 95.849	RS 95.807		(95.849)	(96.774)	
Risco de crédito	-	-		-	(21)	
Líquido				18.104	11.288	6.816

(iv) Programa de hedge para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

Opções	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Compra de <i>call</i>	US\$ 657	US\$ 1.221	2020	466	734	
Venda de <i>put</i>	-	-		-	(5)	
Líquido				466	729	(263)

(v) Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2019	2018		2019	2018	
Termo EUR	€ 18	€ 38	2020	(8)	(7)	
Líquido				(8)	(7)	(1)

f) Análise de sensibilidade: A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Projeável: foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(S)	Alta do Dólar	4,0307	(1.068.067)	(267.017)	(534.034)
Swap ponta ativa em Dólar	Dólar(S)	Dólar		1.073.484	268.371	536.742
Exposição líquida				5.417	1.354	2.708
Dívida em Euro	Euro(E)	Alta do Euro	4,5305	(360.550)	(90.137)	(180.275)
Swap ponta ativa em Euro	Euro(E)	Euro		375.097	93.774	187.548
Exposição líquida				14.547	3.637	7.273
Opções - <i>Collar</i>					(138)	(481)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar(S)	Queda do Dólar	4,0306	466	-	-
Exposição líquida				466	(138)	(481)
NDF					(8)	(20)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro(E)	Queda do Euro	4,3587	(8)	(20)	(40)
Exposição líquida				(8)	(20)	(40)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,40%	232.196	9.664	(2.416)	(4.832)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	4,40%	(1.550.162)	(78.585)	(19.646)	(39.292)
Swap ponta passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	4,40%	(947.989)	(49.114)	(12.278)	(24.557)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	6,29%	(1.211.631)	(141.269)	(20.015)	(40.031)
Swap ponta ativa em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	6,29%	113.953	14.656	1.903	3.805
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	1,91%	(749.469)	(27.382)	(3.576)	(7.151)
Swap ponta ativa LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	1,91%	561.516	24.978	3.189	6.378
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	4,40%	(168.014)	(11.297)	(1.889)	(3.779)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,09%	(261.274)	(18.635)	(3.325)	(6.649)

27. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; **Nível 2** – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; **Nível**

As movimentações no valor justo dos ativos do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	CD	BD
Em 31 de dezembro de 2017	1.608	736.235
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	141	71.350
Redimensionamento atuarial	2.160	43.881
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.388	46.015
Contribuições pagas pelos participantes	58	2.204
Benefícios pagos pelo plano	-	(105.817)
Custo do serviço passado pago pelo ativo do plano	(5.355)	-
Em 31 de dezembro de 2018	793.868	793.868
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	-	73.009
Redimensionamento atuarial	-	134.426
Contribuições pagas pela patrocinadora	-	43.881
Contribuições pagas pelos participantes	-	1.350
Benefícios pagos pelo plano	-	(100.360)
Em 31 de dezembro de 2019	944.745	944.745

Os ativos dos planos de benefícios estão classificados nas seguintes categorias:

	2019	2018
	BD	BD
Renda fixa	913.966	737.170
Renda variável	2.430	17.862
Investimentos imobiliários	28.349	38.836
Total	944.745	793.868
Renda fixa	97%	93%
Renda variável	0%	2%
Investimentos imobiliários	3%	5%
Total	100%	100%

Custos esperados do plano previdenciário do benefício definido e contribuição definida para o exercício 2020:

	Plano BD
Custo do serviço corrente	704
Custo dos juros	(100.910)
Total incluído no resultado	(100.206)

Outros benefícios: Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, participação no resultado, seguro de vida, licença maternidade, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 75.470 (R\$ 80.988 em 31 de dezembro de 2018).

30. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil ambiental	31.05.2019 - 31.05.2020	36.000	13
Responsabilidade civil geral - operações	08.10.2019 - 08.10.2020	8.000	850
Veículos - executivo	31.05.2019 - 31.05.2020	100% FIPE	38
Veículos - operacional	31.05.2019 - 31.05.2020	700	330
Risco operacional - subestações e usinas	31.05.2019 - 31.05.2020	835.229	965
Transporte	08.10.2019 - 08.10.2020	2.000	37
Transporte - óleo	08.10.2019 - 08.10.2020	500	6
D&O	23.08.2019 - 23.08.2020	150.000	168

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, que resultaram no aumento da proteção dos ativos com a mudança da modalidade de Riscos Nomeados para a modalidade de Riscos Operacionais ("all risks").

31. QUESTÕES AMBIENTAIS (I)

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Política Socioambiental. A Companhia capitaliza como parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais substanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional. Em 2019, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e a conservação ambiental: - Rede compacta / Linha verde - Uma das ações de grande importância na preservação ambiental é a utilização de redes protegidas.

Os cabos elétricos protegidos evitam acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda em árvores e melhorando o desempenho do sistema elétrico. - Certificação ambiental ISO 14001:2015 - Em 2019, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) manteve sua certificação, com base na versão da Norma ABNT NRB ISO 14001:2015. Os processos que fazem parte do escopo do SGA são: "Serviços administrativos" (no Edifício Sede) e "Geração de Energia Termelétrica" (na Usina Tubarão, em Fernando de Noronha). - Compensação Ambiental - A reposição florestal da CELPE obedece às normas vigentes, que estabelecem medidas compensatórias quando há necessidade de supressão e vegetação para a instalação de empreendimentos. Em 2019, a distribuidora mantém o projeto de reposição florestal no município de Carpina/PE. - Gerenciamento de Resíduos - A CELPE possui uma norma para o gerenciamento de seus resíduos, que estabelece as obrigações/ações a serem tomadas para cada tipo de resíduo pela empresa contratada para o destino final, a fim de atender à legislação vigente. - Programa de Controle de Queimadas - A CELPE em parceria com a CHESF, IBAMA, CPRH, SINDACÚCAR e AFCP, promove a campanha de controle às queimadas sob linhas de subtransmissão de energia nos municípios da Zona da Mata do estado de Pernambuco. A campanha consiste na educação ambiental para sensibilização da população, dos usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar quanto aos riscos das queimadas não controladas, que afetam as redes de transmissão e distribuição de energia e provocam interferências no fornecimento. - Monitoramento de emissões atmosféricas - Em 2019, com foco no valor de sustentabilidade e a busca constante pela melhoria de seus processos e atendimento a requisitos legais, realizou o monitoramento de emissões atmosféricas na Usina Tubarão. Além disso, houve manutenção e substituição de equipamentos geradores da Usina Tubarão, ações que contribuem com a redução de emissões atmosféricas. A Companhia realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa. Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo	Resultado		
	2019	2018	2019	2018
Recursos aplicados	238.641	198.163	21.744	28.408

(I) Informações não auditadas.

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 07/01/2020 foram captados junto à instituição financeira R\$ 255.594, sujeitos a variação cambial e taxa fixa de juros, para os quais foram contratados instrumentos financeiros derivativos para mitigação de risco cambial.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Armando Martínez Martínez
Titulares André Augusto Telles Moreira Solange Maria Pinto Ribeiro Leonardo Pimenta Gadelha Rogério Aschermann Martins

CONSELHO FISCAL

Presidente Francesco Gaudio	Suplentes José Antonio Lamenza Glúcia Janice Nietsche Ricardo Vidal Rennó
Titulares Eduardo Valdés Sanchez Odali Dias Cardoso Luiz Otávio Nunes West	

DIRETORIA

Saulo Cabral e Silva - **Diretor Presidente**
Leonardo Pimenta Gadelha - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**
Bruno Cavalcanti Coelho - **Diretor de Gestão de Pessoas**
Eduardo Capelastegui Saiz - **Diretor de Planejamento e Controle**
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure - **Diretor de Regulação**

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis - **Contadora: CRC BA-017210/O-1 - CPF: 614.811.305-87**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Companhia Energética de Pernambuco** - CELPE, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2019, compreendendo o relatório da administração, as demonstrações do resultado, do balanço patrimonial, do balanço líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

André Augusto Telles Moreira	Solange Maria Pinto Ribeiro	Leonardo Pimenta Gadelha	Rogério Aschermann Martins

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO** – CELPE, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida João de Barros nº 111, 9º andar, Boa Vista, Recife-PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.835.932/0001-08, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG, relativamente às demonstrações financeiras da CELPE, alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da CELPE, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Recife, 10 de fevereiro de 2020.
Saulo Cabral e Silva - **Diretor Presidente**

Leonardo Pimenta Gadelha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Bruno Cavalcanti Coelho
Diretor de Gestão de Pessoas

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação

Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO** – CELPE, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; Relatório da Administração e a proposta da Administração de distribuição dos resultados.

Considerando os trabalhos de análise realizados por este Conselho, os esclarecimentos obtidos sobre os atos de gestão durante o exercício social de 2019, bem como o Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal da CELPE, na totalidade de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira em 31.12.2019, estando as referidas matérias aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2020.

Francesco Gaudio

Eduardo Valdés Sanchez

Odali Dias Cardoso

Luiz Otávio Nunes West

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética de Pernambuco – CELPE
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos Ativos de Contrato, Ativos Financeiros e do Intangível	
<i>Veja as notas explicativas 2.5, 11 e 12 das demonstrações financeiras</i>	
Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
A Companhia deve atender determinadas características no seu contrato de concessão de distribuição de energia, considerando que os investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15), e a partir de sua efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.	Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com o processo de análise e alocação entre ativo financeiro da concessão ou intangível dos investimentos realizados. Avaliamos as premissas utilizadas na bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar a alocação dos gastos da concessão classificadas como ativo de contrato. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação dos Ativos Financeiros, Intangível e de Contrato da Concessão são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
A avaliação da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamento por parte da Companhia que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras. Devido a esse fato, bem como à relevância dos valores e divulgações envolvidos, consideramos a mensuração dos Ativos de Contrato, Ativos Financeiros e Intangível, como significativo para a nossa auditoria.	
Dedutibilidade de IR/CS sobre a amortização de ágio	
<i>Veja as notas explicativas 2.5 e 18 das demonstrações financeiras</i>	
Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais tributários referentes a dedutibilidade da amortização do ágio sobre o preço mínimo de venda da Companhia durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Tais processos têm montantes envolvidos estimados em cerca de R\$ 1.315.203 mil, cujo risco de perda foi avaliado pela Administração e seus assessores jurídicos como possível.	Solicitamos junto aos consultores legais da Companhia as confirmações por escrito dos processos judiciais referentes a dedutibilidade da amortização do ágio durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), contendo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) e da estimativa da classificação da probabilidade de perda. Envolvemos nossos especialistas jurídicos para auxiliar na avaliação da opinião legal obtida pela Companhia, bem como, na avaliação dos critérios e premissas utilizados para classificação da probabilidade de perda dos processos judiciais e na comparação com jurisprudência existente. Realizamos entrevistas junto à Administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício.
Conseqüentemente, nenhuma provisão referente a esses processos foi reconhecida.	Adicionalmente, quando aplicável, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada.
Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às provisões e passivos contingentes nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos

Veja as notas explicativas 2.5, 14, 26 e 27 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
A Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos para proteger certos riscos originários de exposições cambiais de acordo com o critério estabelecido em sua política de gestão de risco. A mensuração, a designação desses instrumentos financeiros como contabilidade de <i>hedge</i> (<i>hedge</i> de valor justo e <i>hedge</i> de fluxo de caixa) e a mensuração de sua efetividade requerem o cumprimento de obrigações formais e incluem a necessidade de que a Companhia exerça julgamentos significativos em relação à proteção efetiva dos riscos de variação cambial e de juros. Devido à relevância, julgamento envolvido na mensuração da efetividade desses instrumentos financeiros derivativos, avaliação, mensuração e divulgações relacionadas ao valor justo de tais instrumentos financeiros derivativos ser complexa, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Envolvemos nossos especialistas em instrumentos financeiros para nos auxiliar na avaliação da determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e da efetividade das relações de <i>hedge</i> , utilizando dados observáveis, como fluxos descontados com base em curvas de mercado. Com base em amostragem, de transações, avaliamos a suficiência da documentação dessas operações preparada para demonstrar designação do instrumento como contabilidade de <i>hedge</i> e avaliamos o cálculo da efetividades das relações de <i>hedge</i> e suas respectivas contabilizações. Avaliamos também se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras, em especial em relação às análises de sensibilidade e classificação dos instrumentos financeiros consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas e metodologias utilizadas para mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e contabilização dos <i>hedges</i> e as respectivas divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida à procedimento de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 12 de fevereiro de 2020



KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6